

X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)

Pensamento Político Brasileiro

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MODERNIZAÇÃO NO
PENSAMENTO DE AZEVEDO AMARAL**

Tamyres Ravache Alves De Marco
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

30 de agosto a 2 de setembro de 2016.

Belo Horizonte, Minas Gerais.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MODERNIZAÇÃO NO PENSAMENTO DE AZEVEDO AMARAL

Tamyres Ravache Alves de Marco¹

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP/UERJ

E-mail: tamyresravache@ymail.com

“[...] nenhuma sociedade política se constituiu sem que seus organizadores se esforçassem por tornar as instituições e as leis correspondentes aos fatos objetivos da vida coletiva a que se aplicavam, para aproveitá-los quando de natureza benéfica ou para eliminá-los ou atenuá-los quando nocivos ao bem comum. Procurava-se por certo receber os frutos da experiência alheia. Mas, ao estudar-se os exemplos das instituições e das leis de outros povos, o que se tinha em vista não era importar exotismos políticos e jurídicos; queria-se apenas aprender como em outros ambientes problemas idênticos haviam sido resolvidos.” (Amaral, pág. 204, 1934)

RESUMO

Este artigo tem por objetivo abordar os principais aspectos econômicos da teoria política de Azevedo Amaral para o desenvolvimento e a modernização do Brasil. Entende-se que as mudanças ocorridas durante o século XIX para o XX tiveram grande influência em sua teoria e que esta possivelmente se insira no conjunto da história das teorias desenvolvimentistas, cuja finalidade era modernizar o Brasil via industrialização sob a coordenação do Estado, ou mesmo nas “origens do nacional-desenvolvimentismo”.

Palavras-chave: Azevedo Amaral - pensamento político brasileiro - industrialização – desenvolvimentismo.

¹ Doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (UERJ/IESP).

INTRODUÇÃO

A modernização se consolidou como um tema de excelência e ao mesmo tempo eixo prioritário no pensamento político brasileiro na década de 1930². Em suma, o diagnóstico sobre a questão indicava que o Brasil precisava superar duas barreiras intelectuais para lidar com a questão do ‘desenvolvimento’. Primeiramente a cópia indiscriminada das instituições e dos modelos políticos estrangeiros e, em segundo lugar, a ausência de análises políticas específicas sobre a realidade nacional. Considerados como uma geração politicamente ativa e interventora, os intelectuais envolvidos nessa temática produziram desde profundas análises teóricas a prognósticos acerca dos modelos político-institucionais específicos ao cenário político brasileiro. Questões referentes ao desenvolvimento, tais como o papel da sociedade civil e a estrutura do Estado pautaram esses debates, e a crescente participação dos intelectuais passou a ser considerada pela inter-relação entre o autor e o público já que a divulgação de suas análises ganhava contornos de “tarefa” a qual estes não poderiam se furtar³.

Neste contexto, Azevedo Amaral é considerado um dos principais atores do período. Devido à sua teoria política sistemática e consistente, situa-se entre aqueles que defenderam a necessidade de políticas nacionais adequadas à particularidade da história brasileira. Suas análises enfatizaram a necessidade do distanciamento com as teorias consideradas tradicionais do pensamento político do século XIX. Atribuindo-lhes um caráter “evolucionista”, entendia que tais correntes foram responsáveis pela introjeção de uma ideia do desenvolvimento das nações como um processo lento e linear. Preocupado, sobretudo, com a questão da modernização nacional⁴, Amaral fez desta o objeto de sua reflexão. Sua proposta para os caminhos viáveis à modernização se baseou no fortalecimento da indústria nacional, cujo sucesso dependeria da intervenção do Estado na economia. Este, forte e interventor, seria o instrumento capaz de garantir a estabilidade nacional e a industrialização.

Em oposição aos pressupostos que retiravam da intervenção individual a capacidade de modificar a dinâmica social, o autor inseriu a reflexão sobre o “método

² Santos, 1978.

³ Lippi, 1980.

⁴ Podemos dizer que Luis Guilherme Piva (2000) foi um dos principais, talvez o primeiro, autor a enfatizar a questão da modernização no pensamento de Azevedo Amaral como elemento principal de suas obras. Até aquele momento, a maior parte dos estudos sobre ele enfatizou o “autoritarismo” de suas análises. Cabe destacar ainda que em minha visão esse seria um dos motivos pelos quais são poucos os trabalhos que se debruçam sobre os demais temas abordados por Azevedo Amaral.

revolucionário”. Primeiramente, sua teoria negava a ideia que nações diferentes possuíssem características comuns suficientes para lhes permitir a adoção de modelos políticos idênticos, reforçando assim o segundo aspecto de seu argumento, cuja intervenção direta do homem sobre a sociedade era um recurso capaz de realizar mudanças expressivas.

Natural do Rio de Janeiro, Azevedo Amaral se formou em medicina e embora não tenha exercido a profissão é possível perceber os reflexos dessa em seus livros, bem como em sua carreira e atividade mais expressiva, o jornalismo. Nesta última conquistou reconhecimento intelectual trabalhando em jornais importantes do país, tais como: “A Notícia”, “O Paiz”, “Jornal do Comércio” e “Correio da Manhã”, onde foi correspondente durante a Primeira Guerra Mundial⁵.

1.1 - ANÁLISES DA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XIX PARA O XX

A transição do século XIX para o XX implicou, especialmente para os países da América Latina, na necessidade de se inserir ao novo status do ocidente: o moderno. O acelerado processo de mudança da sociedade “tradicional” para a “industrial”⁶ não se deu de forma pacífica, principalmente no campo político. O liberalismo, considerado a doutrina mais influente do século XIX, enfrentava a desconfiança das nações periféricas enquanto um modelo político capaz de impulsionar a modernização em países ainda em desenvolvimento. No Brasil, a difusão desta crítica somada à crise econômica desencadeada pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929, levantaram dúvidas também em relação aos meios para o desenvolvimento nacional. Questões como a estrutura das instituições políticas, o tipo de orientação econômica e o papel do Estado neste processo foram as principais questões levantadas pelos intelectuais brasileiros.

Para Azevedo Amaral, tais questões deveriam ser analisadas através da observação dos aspectos e dos acontecimentos sociais ocorridos durante o século XIX. Em sua análise, dois elementos se destacavam: o instinto do homem e as transformações dos bens materiais, ambos percebidos como características humanas. O primeiro visto como uma identidade que motivava as ações e o segundo como uma capacidade de

⁵ Lombardi, 2014.

⁶ Germani, 1960.

modificar a matéria⁷. Desses fatores resultaria a dinâmica histórica sobre a qual um estudioso deveria se debruçar para compreender a essência política dos fenômenos sociais. Amaral concluiu que a dinâmica histórica teria como motor a ação humana já que a habilidade intelectual dos indivíduos seria a responsável pelas constantes ressignificações do mundo social.

Crítico à recepção acrítica de teorias políticas estrangeiras, o autor negava as análises que negligenciassem as especificidades nacionais. Alegava que leituras destituídas dessa abordagem não passavam de um estado latente de imitação de pressupostos teóricos alheios e, portanto, incompatíveis com a realidade brasileira. Para o autor, em 1930 o país adquiria uma nova consciência, primeiramente por se ver partícipe de uma nova conjuntura internacional, bem como por perceber suas particularidades enquanto nação propiciando assim o surgimento de um pensamento nacional autônomo. Denominada “brasilidade”⁸, essa autopercepção não só ressignificava o sentimento de pertencimento como também incentivava análises adequadas à realidade brasileira.

Defensor do avanço industrial considerava que as etapas do desenvolvimento somente se estabeleceriam mediante a consolidação dos modos de produção autônomos. Como o país ainda se encontrava em estágio rudimentar de desenvolvimento, Amaral apontava a necessidade de uma estrutura política capaz de orientar tais mudanças. No que se refere à formação nacional se opunha ao protagonismo das elites agrárias nas atividades econômicas e políticas do país alegando que seriam inúteis as objeções aos métodos manufatureiros enquanto o país permitisse a supremacia do setor agrícola nas esferas de decisão.

Por ser um momento bem sucedido entre as medidas progressistas já adotadas no Brasil, a “Era Mauá”, foi recuperada por Amaral como um parâmetro analítico interessante para os impasses desenvolvimentistas em 1930. Contudo, o autor reforçava constantemente a necessidade de superação dos obstáculos teóricos impostos pela assimilação acrítica das teorias estrangeiras para o sucesso deste processo. Sem ela, sua

⁷ Entendida do ponto de vista físico, o termo “matéria” sobre a qual discorre o autor trata do conjunto dos elementos naturais que o homem foi capaz de transformar para os mais diversos usos com o objetivo de facilitar as atividades de produção, a existência e a sobrevivência.

⁸ Amaral, 1930.

proposta desenvolvimentista se manteria desvinculada da intervenção prática necessária para a consolidação da industrialização no país.

Sua objeção foi principalmente direcionada à doutrina liberal⁹, pois sua expressiva credibilidade durante o século XIX consolidou uma falsa concepção sobre os métodos de mudança social que deveriam ser implantados no Brasil para o progresso do setor industrial. No entanto, as guerras ocorridas no início do século XX contribuíram para o questionamento dessa concepção viabilizando, não só à crítica em relação à doutrina liberal, como também a reflexão em torno de outros métodos. A revolução russa, por exemplo, foi bastante citada por Amaral graças às modificações desencadeadas no tecido social russo, além de ter favorecido a credibilidade em políticas intervencionistas.

1.2 – BRASIL E O CONTEXTO INTERNACIONAL: AS NOVIDADES DO SÉCULO XX

O século XX assistiu um avanço democrático que propiciou a ascensão das massas, bem como sua progressiva participação no cenário político. A opinião pública das massas que no século XIX desempenhou um papel secundário se tornava cada vez mais expressiva contribuindo para a falência da orientação liberal. Progressivamente, o liberalismo se tornava menos adequado aos ajustes políticos necessários aos projetos brasileiros por não ser capaz de solucionar os conflitos entre classes. Para o autor, tais modificações demandavam uma forte transformação no aparelho administrativo que fosse compatível à progressiva complexificação do tecido social brasileiro.

Sua justificativa enfatizava a ineficiência do Estado liberal quando do aumento da participação política, bem como da clara necessidade de expansão dos modos de produção no país. Em outras palavras, Azevedo Amaral acreditava que os parâmetros institucionais daquela corrente eram insuficientes em tempos cuja ampliação da participação política das massas tornava a sociedade mais capilarizada. Assim, a reorganização da esfera administrativa do Estado tinha por objetivo se adequar às novas demandas.

⁹ Sabe-se que não apenas a doutrina liberal como também a doutrina marxista foram os alvos das críticas do autor. Contudo, a crítica ao liberalismo é expressiva na medida em que esta doutrina foi amplamente aceita com um modelo político adequado ao Brasil durante o século XIX e passava a ser duramente criticada após a virada do século.

O caminho para uma sociedade moderna, isto é, industrial e capitalista não poderia ser comandado por elites agrárias detentoras de uma visão “limitada” sobre os diferentes papéis das classes na divisão do trabalho, pois inviabilizaria a ampliação dos modos de produção capitalista. Portanto, a industrialização era o caminho e o Estado propiciaria a fuga de uma dinâmica de mercado que já havia demonstrado suas limitações enquanto ferramenta propulsora do capitalismo no Brasil. A consciência revolucionária brasileira, isto é, em torno de uma mudança brusca¹⁰ ainda se encontrava desorientada e precisava se ajustar ao âmbito das atividades administrativas e institucionais modernas como, por exemplo, fizeram os Estados Unidos, Itália e Rússia. Estes, embora distintos ideologicamente, poderiam ser utilizados como exemplos analíticos devido à forma como orientaram suas esferas administrativa e econômica.

O caso da revolução russa, por exemplo, seria um “fenômeno universal” (AMARAL, pág. 189, 1930), cujo “agir político” deveria ser considerado e a ideologia que a animou vista apenas como um componente descartável, já que a revolução, em sua teoria, se tratava de um método de transformação da realidade devido o seu potencial transformador. Denominado pelo autor de “revolucionismo”, este agir se tratava de um método eficaz que poderia estar a serviço das mudanças que o Brasil precisava. Além disso, Lenin teria promovido uma rigorosa obra científica em torno desta ação o que teria deslocado o conceito de revolução do “campo demagógico” para o terreno da “eficiência prática” e justificando-a enquanto estratégia política passível de adoção pelo Estado brasileiro.

“A importância de algumas das ideias do revolucionário russo, no seu desenvolvimento da técnica da revolução, é tanto maior quanto através delas transparece a nitidez do conceito formado sobre a importância relativa dos diferentes órgãos do Estado”. (Amaral, pág. 126, 1930)

As fases do desenvolvimento histórico seriam intermitentes, entretanto, não desconexas, tampouco um obstáculo às formas de sociedade mais complexas. Assim, se o século XIX representou um momento de doutrinas conservadoras e evolucionistas, o século XX inovava este padrão ao modificar a compreensão dos fenômenos sociais da noção de “continuum” para uma concepção cujo devir histórico passava a ser entendido

¹⁰ Consciência revolucionária nos termos do autor se refere, sobretudo, ao reconhecimento de que o modelo agroexportador não cabia mais aos anseios modernizantes do Brasil. Brusca, portanto, por significar uma mudança que afetaria o modelo tradicional como o país orientou sua dinâmica política e econômica.

como um encadeamento de rupturas. Assim, finalmente entendido como uma sequência de fases emancipadas do seu passado, o revolucionismo se colocava como o método adequado à realidade do século XX admitindo a utilização de estratégias políticas em harmonia com as necessidades latentes à modernização brasileira.

O aparelho administrativo do Estado deveria acompanhar essa orientação para que o espírito político do regime se exprimisse em todas as esferas dos negócios públicos garantindo um fortalecimento equilibrado das classes sociais. Para desempenhar essa função, seria imprescindível uma organização cujo alcance das autoridades executivas fosse mais extenso ao observado no liberalismo. O Brasil precisava solucionar seus conflitos em relação à valorização da terra através fortalecimento administrativo do poder do Estado. Ainda que o autor criticasse a formação brasileira e a estagnação do seu desenvolvimento econômico, sua teoria estatista e industrializante não exigia modificações profundas em suas instituições. Tratava-se, sobretudo, do fortalecimento da administração do executivo.

Logo, o fortalecimento econômico se daria em decorrência desse aparelho administrativo. Primeiramente a economia seria fortalecida com o aperfeiçoamento das técnicas produtivas e, em seguida, o debate político seria intensificado. Desta maneira, os problemas relacionados à má administração dos negócios públicos que prejudicavam as massas e não causavam desconfortos às classes dominantes seriam equilibrados. O nivelamento social que prejudicava o desenvolvimento econômico seria solucionado.

“Desse gênero é o quadro que nos apresenta hoje a sociedade brasileira. A partir de meados do século XIX, causas já examinadas em outros destes ensaios determinaram uma aceleração do nosso progresso econômico, provindo daí uma complexidade cada vez maior da nossa estrutura social. Esse desenvolvimento, acentuado depois da proclamação da República e tornado ainda mais amplo e mais rápido nos últimos vinte anos, acabou por trazer-nos ao nível das coletividades altamente civilizadas, ao passo que nos falta muito sensivelmente a organização, que nelas sintetiza as forças sociais e econômicas em manifestações ativas e eficientes. O problema brasileiro pode ser resumido na determinação dos meios de promovermos, tão breve quanto possível, a organização das parcelas de civilização já incorporadas ao nosso meio, mas que não foram até agora senão parcialmente aproveitadas por falta de um ritmo coordenador.” (Amaral, pág. 251, 1930).

Se por um lado a história do Brasil mostrava ao autor que as opções políticas até aquele momento excluíram do cálculo do desenvolvimento problemas, tais como a inclusão das classes populares no projeto de desenvolvimento econômico nacional, a observação do cenário internacional não lhe deixava dúvidas quanto à adequabilidade de suas propostas para avanço econômico do país. Segundo ele, não havia motivo para a permanência de uma dinâmica econômica de mercado ultrapassada quando o que estava em jogo eram as reais possibilidades de desenvolvimento econômico do país. As mudanças ocorridas na Rússia Soviética e o tipo de mentalidade que se aflorou no início do século XX incitaram sua particular leitura acerca da ideia de revolução: a revolução como método. As revoluções seriam produto da ação deliberada do homem ou de pequenos grupos onde a participação das massas seria fundamental, no entanto, limitada em se tratando de uma mudança estrutural mais profunda.

Considerando que a ideia de poder popular não passava de uma utopia, Amaral afirma que quanto mais intensos os movimentos revolucionários menores seriam as chances de interferência direta das massas sobre os negócios públicos. Dessas considerações resultou sua credibilidade na participação do Estado na economia.

“As tendências revolucionárias manifestadas tão acentuadamente no pós-guerra que já haviam tido expressão dramática nas insurreições vitoriosas que, no decorrer de 1917, haviam transformado a Rússia czarista em efêmera democracia social nas linhas marxistas, têm confirmado a ideia que nos achamos no limiar de um período histórico caracterizado pelo advento das massas populares ao exercício do poder ditatorial sobre as minorias intelectuais e até agora dirigentes. Limitando-nos a uma análise dos aspectos mais ostensivos das situações que se nos têm deparado nos últimos anos, aquela conclusão parece deduzir-se logicamente da realidade. Entretanto, quando passamos a examinar as diferentes revoluções, ocorridas nos últimos dezessete anos, apreciando-lhes tanto as origens como o curso ulterior das suas conseqüências, verificamos logo que a ascendência do poder político das massas não passa de uma ilusão.” (Amaral, pág. 63, 1934).

A particular leitura sobre os acontecimentos internacionais levou Azevedo Amaral a considerar o revolucionismo como uma característica do século XX, bem como uma técnica viável às necessidades do progresso brasileiro. O conhecimento

acerca do contexto estrangeiro não tinha por objetivo a cópia acrítica de suas instituições. Tratava-se, sobretudo, de compreender suas experiências. Logo, o que se mostrasse nocivo à realidade brasileira deveria ser eliminado assim como o que fosse interessante aproveitado.

Exposta a análise do autor sobre o processo de transição do século XIX para o XX, bem como, as orientações políticas e econômicas que ganhavam espaço no início nas primeiras décadas do século XX, passo à discussão mais específica de sua proposta econômica em relação ao investimento do capital estrangeiro nas indústrias nacionais e sua relação com o nacionalismo brasileiro.

2 - CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL: CAPITAL ESTRANGEIRO E INDUSTRIAIZAÇÃO

Com relação ao expressivo crescimento econômico e demográfico do Brasil no início do século XX, destaca-se o acelerado crescimento do setor industrial que ao mesmo tempo em que trouxe novidades à dinâmica produtiva do país, intensificou o conflito entre os que defendiam um modelo econômico baseado na agricultura e na exportação com aqueles que viam no capital estrangeiro uma maneira de impulsionar a modernização. Esse cenário obrigava os favoráveis à mudança a encontrarem meios para legitimar a industrialização e assim assegurar o processo em curso (MARTINS, p. 2, 2013). Neste contexto, Azevedo Amaral se aproximava de autores como Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen que, contrários ao modelo que até então orientava a dinâmica econômica nacional, refletiram sobre a questão do planejamento como o único caminho para o desenvolvimento brasileiro.

Nos estudos clássicos sobre o pensamento de Azevedo Amaral encontramos poucas abordagens deste tipo¹¹, no entanto, novas pesquisas sugerem que o fator econômico é um dos principais elementos, se não o principal - trazido pelo autor. Preocupado com a consolidação do capitalismo Brasil, encontramos desde *Ensaio*

¹¹ Acredito, assim como sugerem as pesquisas mais recentes sobre o autor (Piva, 2000; Abreu, 2011 e Martins, 2013), que a excessiva identificação de Azevedo Amaral com Estado Novo seja a responsável por essas lacunas nos trabalhos anteriores. É consenso nestes novos trabalhos a ideia de que o livro “O Estado Autoritário e A Realidade Nacional” seja o principal motivo desta identificação. A meu ver, além deste livro se destacar por ser a obra mais conhecida do autor, o prefácio de Bolívar Lamounier que o compõe também deve ser considerado como um dos fatores que reforçou essa visão.

Brasileiros com clareza e organicidade interna os pressupostos econômicos do que posteriormente seria chamado de “desenvolvimentismo”¹².

Considerado um dos precursores do desenvolvimento planejado no Brasil (MARTINS, pág.2, 2013), desde os *Ensaio Brasileiro*, Amaral afirma que a industrialização no Brasil só poderia se consolidar mediante uma planificação econômica cuja relevância do setor industrial permitiria a diversificação das formas de produção e impulsionaria a economia brasileira à que medida que estimulasse o mercado interno. Contudo, ainda que o Estado agisse como o coordenador dessa mudança este não precederia a economia, isto é, seria um instrumento a serviço do desenvolvimento e não, como é possível depurar da maior parte dos estudos sobre o autor, o objeto central em sua análise.

“Com efeito, no pensamento de Amaral, não é o Estado autoritário que precede ao econômico e deve utilizá-lo como um instrumento de fortalecimento. Ao contrário, o econômico precede ao Estado, e de certa maneira, é a sua dinâmica própria uma das justificativas da necessidade deste Estado” (MARTINS, pág. 4, 2013).

Desta forma a primazia da econômica sobre as mudanças sociais pode ser entendida como um dos elementos-chave em sua teoria modernizante. Daí a ênfase de um Estado com ampla capilaridade justificando o peso do poder executivo sobre as questões econômicas. Suas ressalvas acerca dos limites do Estado em sua intervenção econômica são objetivas.

[...] princípio fundamental (da ordem econômica) [...] foi o da intervenção estatal nessa esfera com o objetivo de coordenar os interesses privados em um sistema equilibrado no qual sejam antes e acima de tudo salvaguardadas as conveniências do bem público. Cabe ao Estado atuar no jogo das relações econômicas que se processaram na vida social, corrigindo abusos, reajustando situações prejudiciais ao interesse coletivo, amparando certos grupos de interesses contra a pressão exagerada de outras forças econômicas que os poderiam prejudicar. (AMARAL, 1938, pág. 195 *apud* MARTINS, pág. 8, 2013).

¹² Conceito retirado da bibliografia especializada no assunto. Trata-se de um projeto de desenvolvimento nacional baseado na industrialização, esta, por sua vez, planejada e apoiada pelo Estado (Bielschowsky, 1988: 247).

Talvez, como sugere Martins (2013) e Gomes (2012), tais observações estejam relacionadas à sua preocupação em distinguir sua proposta de consolidação do capitalismo dos modelos de Estado totalitários. Interessa-nos, contudo, destacar quais são os principais elementos de sua teoria sobre o desenvolvimento cujas referências ainda são escassas na literatura. O primeiro deles e de grande debate no período é a questão da participação do capital estrangeiro. Sabe-se que este elemento é utilizado como categoria analítica para a divisão das propostas desenvolvimentistas do Brasil (BIELSCHOWSKY, 1988). Segundo Amaral, o Brasil não dispunha do capital necessário para o desenvolvimento de suas bases industriais e por este motivo o investimento estrangeiro era indispensável. Como justificativa contra os que acreditavam que a participação do capital estrangeiro poderia ser nociva ao progresso nacional, Amaral enfatizou os avanços conquistados com a entrada desse financiamento em décadas anteriores.

“...mostramos como o Brasil passou do plano de inferioridade econômica, que nos atinha a formas de vida social e políticas muito medíocres, graças ao afluxo de capitais estrangeiros, sem os quais o progresso nacional não teria sido materialmente impossível. A lentidão com que o capital estrangeiro se vem invertendo no Brasil não provém de relutância por parte dele em encaminhar-se para aqui. Estão sendo constantemente divulgadas notícias pelas quais se tem a medida dos desejos entretidos por homens de empreendimentos sobre a utilização das nossas possibilidades naturais. As correntes estimulantes de capital, que em tais circunstâncias para nós afluíram, continuam, entretanto, a ser detidas pelos obstáculos que lhes opõem preconceitos enraizados e dos quais leis anacrônicas se tornam significativa expressão. Felizmente as ideias primitivas, que por tanto tempo se traduziam em má vontade sempre disposta a embarçar o empreendimento estrangeiro e a tratá-lo mesmo com injustiça comprometedora do nosso crédito, vão sendo dissipadas pela afirmação vencedora de tendências mais em harmonia com o espírito da civilização universal.” (AMARAL, pág. 258, 1930).

Essa passagem expressa tanto o debate em torno da questão do capital estrangeiro como outro elemento importante de sua teoria: a percepção do surgimento de um “capitalismo contemporâneo”. Amaral identificou neste período a presença de dois tipos de nacionalismo: o econômico e o político. Tal distinção teria ocorrido devido

à influência de Bismark no Brasil, cujo “proteccionismo aduaneiro” teria transferido para o plano econômico um conceito político (AMARAL, pág. 213, 1938 *apud* ABREU, pág. 7, 2011). Em sua análise, tais conceitos não poderiam ser confundidos uma vez que a economia se baseava no livre investimento e à política caberia a função de regulá-los e ajustá-los sob as bases de um conceito político nacionalista. Neste sentido, o que seria relevante para a política nacionalista brasileira seria sua orientação “nacionalista política” e não a origem do capital a ser empregada em seu desenvolvimento.

O capitalismo contemporâneo ou o neocapitalismo era visto como uma forma de “espírito universal” e dizia respeito a uma nova concepção acerca do funcionamento do capitalismo explicando, por exemplo, a importância dos direitos trabalhistas. Para o autor, a antiga noção de exploração máxima do trabalhador não competia aos insurgentes modos de produção em massa. Logo, os empregadores deveriam se preocupar em garantir boas remunerações para os trabalhadores uma vez que estes compunham o mercado interno brasileiro.

A questão em torno do capital estrangeiro durante o processo de industrialização brasileira se consolidou como uma das principais polêmicas sobre a questão. Nas bibliografias especializadas, esse elemento contribuiu para a caracterização entre as diferentes propostas desenvolvimentistas, bem como, na classificação do tipo de orientação nacionalista dos atores envolvidos.

No entanto, com base no do estudo exposto e em afinidade com recentes trabalhos publicados, acredito que, em virtude da maneira pela qual mobilizou determinados elementos, Azevedo Amaral possa ser um considerado um dos intelectuais que compuseram as “origens do nacional-desenvolvimentismo” brasileiro (BIELSHOWSCKY, 2000). Sabe-se, no entanto, que sua proposta difere em alguns aspectos do pensamento desenvolvimentista que seria hegemônico na década 1950. Contudo, esse trabalho se encontra em caráter preliminar e demanda pesquisas mais profundas, não buscando, portanto, assemelhar as visões do autor às propostas da CEPAL ou de grande expoente desta corrente como Celso Furtado, apenas investigar os aspectos econômicos pouco estudados no pensamento do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo que norteou esse trabalho foi o de averiguar, bem como, enfatizar os principais aspectos econômicos presentes na teoria de Azevedo Amaral a partir de seus livros. A ideia que procurei demonstrar foi a de que o autor abordou de forma concisa sua teoria acerca das alternativas industrializantes e, em certos aspectos, se aproximou dos pontos que futuramente seriam retomados pela teoria desenvolvimentista da década de 1950. Procurei mostrar seu pensamento utilizando não apenas a sua obra mais conhecida como também os seus primeiros livros, publicados ainda no início da década de 30. Em minha leitura, essas obras contêm a parte densa da teoria política de Azevedo Amaral não só por elencarem aquilo que ele identificou como as características problemáticas do país assim como por apresentarem uma construção linear dos elementos que compuseram sua defesa do *revolucionismo* e do Estado forte como elementos imprescindíveis ao desenvolvimento da indústria e da consolidação do capitalismo no Brasil.

Em seguida, apresentei suas análises sobre a transição do século XIX para o XX e como esta passagem continha elementos que, na visão do autor, eram incompatíveis ao novo tipo de organização social e econômica que surgia no século XX. Posteriormente, foquei nas características atribuídas especificamente ao século XX e como a partir disso o autor construiu seus argumentos sobre a necessidade da industrialização planejada apoiada por um Estado forte. A intenção foi delimitar ao máximo possível sua proposta teórica em torno dos seus aspectos econômicos voltados à industrialização.

A forma original que Azevedo Amaral atribuiu à função do aparelho administrativo e às possibilidades dos métodos de ação do poder Executivo do Estado podem também ser entendidas pelas considerações que o autor nos forneceu sobre a própria interpretação da realidade política e social da Rússia. Mesmo que este ponto de referência corresponda a uma corrente política oposta ao do autor brasileiro, é possível dizer que Amaral compartilhava de uma concepção semelhante quanto à função do Estado, da elite intelectual e em alguns aspectos do papel das massas durante o processo revolucionário que, no caso brasileiro, se tratava de fortalecer o setor industrial. Seu objetivo não foi menos do que legitimar o exemplo russo como uma demonstração

plausível de que a revolução para um Estado administrativamente forte e centralizado seria capaz de orientar o Brasil em seu desenvolvimento.

Assim, considerando as ideologias desvinculadas dos métodos, sua intenção foi enfatizar que a ação do homem era capaz de modificar o seu meio social. Em sua leitura, por influência de modelos políticos como o marxismo e o liberalismo foi inculcada a falta de legitimidade na ação individual, de forma que a concepção do desenvolvimento gradual das sociedades se estabeleceu tão fortemente durante o século XIX no ocidente que no início do século XX esta se tornou um empecilho à adoção dos métodos interventores para o avanço econômico e social no Brasil. Refutar o caráter *evolucionista*, portanto, seria a primeira condição para se estruturar um projeto de desenvolvimento econômico compatível com as características nacionais.

O modo como o Brasil dirigiu até então suas esferas política e econômica era incompatível tanto com o cenário internacional como com a nova realidade brasileira que demandava novas formas de organização. Assim, para além de um diálogo entre vertentes políticas díspares, o destaque conferido à revolução russa se inseriu num esforço cuja finalidade foi a de desvincular o método da orientação política e assim destacar o imperativo do Brasil em realizar um projeto de planificação econômica que tivesse por orientação suas particularidades nacionais. Por fim, acredito que o percurso de suas análises sugere que seus esforços estavam, sobretudo, comprometidos com a questão do desenvolvimento planejado no Brasil. A maneira como Amaral defendeu e argumentou a necessidade de superação dos antigos modos de produção com a nova realidade política do Brasil no século XX, principalmente em relação ao expressivo crescimento do seu mercado interno, me parece possibilitar a inserção do autor à corrente dos intelectuais que tiveram por objetivo mais do que apenas defender o fortalecimento do poder Executivo, mas, sobretudo, elaborar alternativas modernizantes para o país via industrialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Luciano Aronne de. “Modernidade e desenvolvimento econômico em Azevedo Amaral”. In: Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011. São Paulo.

AMARAL, A. “Ensaio Brasileiro”. Rio de Janeiro. Omena e Barreto, 1930.

_____. “O Brasil na Crise Atual”. São Paulo. Companhia Editora Nacional.

_____. “A Aventura Política do Brasil”. Rio de Janeiro. José Olympio. 1935.

_____. O Estado Autoritário e A Realidade Nacional. Brasília: Ed. UNB, 1981 (1938).

BIELSCHOWSKY, Ricardo (1988) – “Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo” Rio de Janeiro: Contraponto.

GERMANI, Gino. “Política e Sociedade Numa Época de Transição”. São Paulo. Mestre Jou.

GOMES, C. Ângela. “O século do Corporativismo, de Michael Manoilescu, no Brasil de Vargas”. Revista de Sociologia & Antropologia. v.02.04: 185-209, 2012. Rio de Janeiro.

LOMBARDI, F. Maria. “Azevedo Amaral e a revista Nova Diretrizes: um projeto de modernização autoritária do Brasil”. In: IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política. Brasília, 2014.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. “Desenvolvimento econômico, autoritarismo e corporativismo no pensamento de Azevedo Amaral”. In: Simpósio Nacional de História, xxvii, 2013. Natal, Rio Grande do Norte.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATELY, Celina. “Elite Intelectual e Debate Político nos anos 30: uma bibliografia comentada da revolução de 1930”. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1980.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “Ordem Burguesa e Liberalismo Político”. São Paulo. Duas Cidades, 1978.